

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL

PROTOCOLO Nº 2025.08.05-0032

05.08.25 HS: 09:44 FR
DATA FUNCIONÁRIO



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

PROJETO DE LEI Nº 108 /2025

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.562, DE 09 DE
JANEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, no art. 36, inciso VII c/c art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Sobral, vem apresentar o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Institui no âmbito da Câmara Municipal de Sobral, o cargo de Assessor de Integração Institucional, que comporá a Estrutura Organizacional dos Cargos Comissionados da Câmara Municipal de Sobral, alocado na unidade administrativa 2 – Presidência, subitem 2.3.

“2 - Presidência.

2.1 -;

.....;

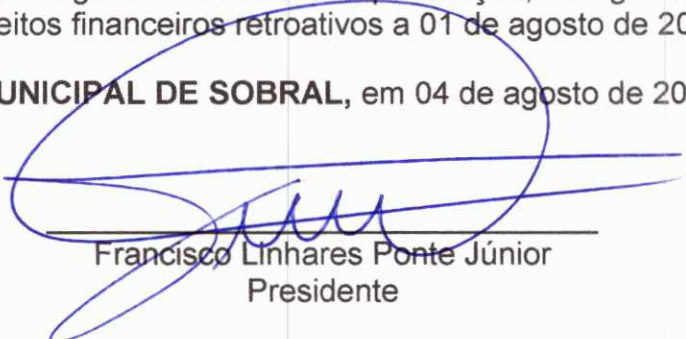
2.3 - Assessor de Integração Institucional.”

Art. 2º. A remuneração e atribuição do cargo de Assessor de Integração Institucional, compõe o Anexos I e II, respectivamente, desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Sobral.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, tendo seus efeitos financeiros retroativos a 01 de agosto de 2025.

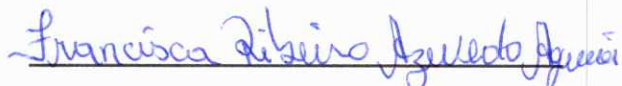
PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, em 04 de agosto de 2025.


Francisco Linhares Ponte Júnior
Presidente



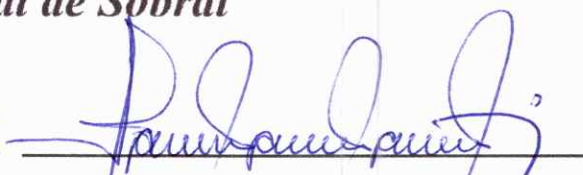


MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral



Francisca Ribeiro Azevedo Aguiar

1º Vice-Presidente



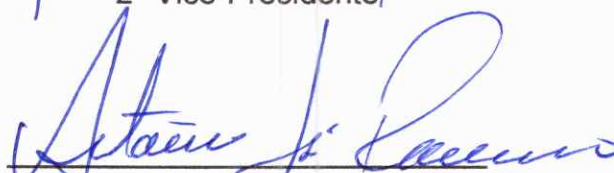
Francisco Laerti Carneiro Cavalcante

2º Vice-Presidente



Johnson Vasconcelos de Lima

1º Secretário



Antônio José Romano

2º Secretário



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

ANEXO I
DAS ATRIBUIÇÕES

Compete ao Assessor de Integração Institucional, que é vinculado diretamente ao Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, promover a articulação e a integração funcional e institucional entre os diversos setores da Câmara Municipal de Sobral, especialmente entre a Procuradoria Jurídica, Departamento de Contabilidade, Comissões Permanentes, Departamento Legislativo, Controladoria, Recursos Humanos, Comunicação e demais unidades administrativas; Atuar como elo estratégico entre a Câmara Municipal e o Poder Executivo de Sobral, acompanhando e coordenando as demandas administrativas, legislativas e institucionais formuladas pelo Poder Legislativo ao Município, zelando pela adequada tramitação e cumprimento dos fluxos procedimentais; Estabelecer e manter canais permanentes de interlocução da Câmara Municipal com outros entes e órgãos públicos, tais como: Governo do Estado do Ceará; Ministério Público Estadual e Federal; Poder Judiciário estadual ou federal com jurisdição local; Defensoria Pública e Procuradorias; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Tribunal de Contas do Estado e União; Demais entidades públicas ou privadas de interesse da Câmara; Assessorar e acompanhar reuniões, visitas institucionais e agendas oficiais envolvendo a Câmara Municipal e as instituições externas; Contribuir com o fortalecimento da imagem institucional da Câmara Municipal perante os entes federativos e a sociedade civil organizada, promovendo o diálogo interinstitucional e a cooperação entre os Poderes; Identificar gargalos comunicacionais, administrativos e operacionais entre os setores internos e externos da Câmara, propondo soluções integradas e eficientes para a superação de entraves, com foco na celeridade e qualidade da prestação de serviços legislativos; Apoiar tecnicamente a Mesa Diretora na construção e monitoramento de parcerias, convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções e demais instrumentos de articulação institucional; Representar, quando designado, a Presidência da Câmara Municipal de Sobral em reuniões, eventos ou audiências com órgãos públicos, instituições privadas e representantes da sociedade civil organizada; Cumprir e fazer cumprir as normas legais, regimentais e administrativas que regem a atividade legislativa e o funcionamento da Câmara Municipal, além de exercer outras atribuições correlatas ou que lhe forem determinadas por seus superiores hierárquicos; Cumprir e fazer cumprir as determinações da Presidência, observando as normas legais e regimentais aplicáveis; Desempenhar outras tarefas correlatas ao seu cargo, por iniciativa própria ou por determinação superior, sempre no interesse da integração institucional e do bom funcionamento da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

ANEXO II
DO VENCIMENTO

| CARGO | VENCIMENTO | VAGAS |
|---|--------------|-------|
| Assessor de Integração Institucional | R\$ 8.358,00 | 01 |



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

PROJETO DE LEI Nº 108 /2025

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA CRIAÇÃO DO CARGO

A criação do cargo de Assessor de Integração Institucional revela-se uma medida imprescindível para o aprimoramento da governança, da eficiência administrativa e da articulação interinstitucional da Câmara Municipal de Sobral, em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37 da CF), notadamente os da eficiência, publicidade e razoabilidade.

A estrutura organizacional atualmente vigente, embora já contenha setores especializados e cargos de natureza técnica, carece de um elo que integre transversalmente os diversos departamentos internos – a exemplo da Procuradoria Jurídica, Contabilidade, Legislativo, Comissões Permanentes, Recursos Humanos, entre outros –, promovendo sinergia funcional, racionalização de processos e fluidez na comunicação interna.

Além disso, a modernização da gestão pública exige que o Parlamento local esteja plenamente articulado com os demais Poderes e instituições. Nesse contexto, o novo cargo assume também a função estratégica de interlocução da Câmara com o Poder Executivo Municipal, acompanhando tecnicamente as demandas legislativas de interesse do Município, bem como servindo de ponto de contato com órgãos como o Governo do Estado, Ministério Público, Poder Judiciário, OAB, Tribunais de Contas, Defensoria Pública e demais entidades públicas e privadas cuja atuação se reflita na atividade parlamentar.

Trata-se de uma função transversal e articuladora, que rompe com a tradicional lógica departamentalizada e verticalizada da administração pública, adotando uma perspectiva sistêmica e horizontal de gestão, essencial em um cenário legislativo cada vez mais complexo, dinâmico e interdependente.

A ausência de um agente institucional com essa missão específica gera riscos de desarticulação interna, sobreposição de esforços, retrabalho e baixa resolutividade, dificultando a plena execução das diretrizes da Mesa Diretora e a fluidez do relacionamento institucional da Câmara com os demais entes.

Ao instituir esse cargo, a Câmara Municipal de Sobral demonstra estar alinhada com as melhores práticas de gestão pública contemporânea, que recomendam a existência de estruturas capazes de promover integração, articulação política e administrativa, e

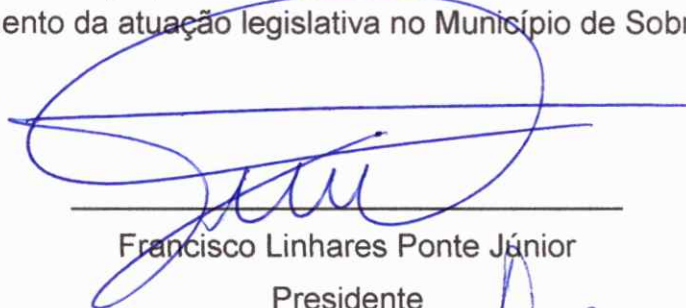


MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

acompanhamento contínuo dos fluxos de informação e decisão entre os diversos setores e órgãos envolvidos na produção legislativa e na gestão pública.

Ademais, a natureza estratégica e a amplitude da atuação pretendida para o novo cargo não se confundem com as atribuições dos demais cargos comissionados já existentes, justificando a sua criação de forma autônoma e específica, com perfil técnico-operacional e institucional.

Por fim, a criação do cargo de Assessor de Integração Institucional representa não apenas uma medida organizacional, mas um avanço institucional necessário à modernização da estrutura da Câmara Municipal, consolidando-se como instrumento de profissionalização, eficiência e fortalecimento da atuação legislativa no Município de Sobral.



Francisco Linhares Ponte Júnior
Presidente

Francisca Ribeiro Azevedo Aguiar
1º Vice-Presidente



Francisco Laerti Carneiro Cavalcante
2º Vice-Presidente

Johnson Vasconcelos de Lima
1º Secretário



Antônio José Romano
2º Secretário



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-
FINANCEIRO PARA GASTOS COM PESSOAL**

PROJEÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL

**CRIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E
ALTERA A LEI Nº 2.562, DE 09 DE JANEIRO DE
2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Exercício de 2025



MUNICÍPIO DE SOBRAL

OBJETIVO

Câmara Municipal de Sobral

Atualizar a estrutura administrativa do cargo de Assessor de Integração Institucional, que comporá a Estrutura Organizacional dos Cargos Comissionados da Câmara Municipal de Sobral, alocado na unidade administrativa 2, do poder Legislativo Municipal.

FINALIDADE

Modernização da gestão pública exige que o Parlamento local esteja plenamente articulado com os demais Poderes e instituições. Nesse contexto, o novo cargo assume também a função estratégica de interlocução da Câmara com o Poder Executivo Municipal, acompanhando tecnicamente as demandas legislativas de interesse do Município, bem como servindo de ponto de contato com órgãos como o Governo do Estado, Ministério Público, Poder Judiciário, OAB, Tribunais de Contas, Defensoria Pública e demais entidades públicas e privadas cuja atuação se reflita na atividade parlamentar.

JUSTIFICATIVA

A criação do cargo de Assessor de Integração Institucional revela-se uma medida imprescindível para o aprimoramento da governança, da eficiência administrativa e da articulação interinstitucional da Câmara Municipal de Sobral, em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37 da CF), notadamente os da eficiência, publicidade e razoabilidade. Essa reestruturação está alinhada às diretrizes do Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e atende à previsão orçamentária aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação Orçamentária de gastos previstas na Lei Orçamentária Anual.



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
PARA GASTO COM PESSOAL**

Estimativa do impacto orçamentário e financeiro para gastos com pessoal conforme Declaração de Despesa, em cumprimento ao disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101, e, no parágrafo 1º e inciso do art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer.

| CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA | | | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|--------|-----------------------|--------------|
| Item | Descrição dos Cargos | Quant. | Valor dos Vencimentos | Valor Total |
| 1 | Assessor de Integração Institucional | 1 | R\$ 8.380,00 | R\$ 8.380,00 |
| | | | | |
| TOTAL | | 1 | | R\$ 8.380,00 |

| Mensal | | | | | |
|--------|------------------------|--------|--------------|-------------------------------|---------------|
| Item | Despesa com Pessoal | Quant. | Valor Mensal | AUXILIO ALIMENTAÇÃO (R\$ 976) | VALOR TOTAL |
| 1 | SERV. COMISSIONADOS | 1 | R\$ 8.380,00 | R\$ 976,00 | R\$ 9.356,00 |
| 2 | Encargos Sociais (20%) | | R\$ 1.676,00 | | R\$ 1.676,00 |
| Total | | | | | R\$ 11.032,00 |



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

Impacto Orçamentário Consolidado (Projeção para Três Anos)

| Ano | Valor Estimado Antigo | Valor Estimado Novo |
|------|-----------------------|---------------------|
| 2025 | R\$ 55.160,00 | R\$ 66.192,00 |
| 2026 | R\$ 143.416,00 | R\$ 143.416,00 |
| 2027 | R\$ 143.416,00 | R\$ 143.416,00 |

Impacto Gastos De Pessoal Receita Corrente Liquida

| | | |
|---|--|----------------------|
| 1 | Receita Corrente Liquida, período de 3º Bimestre de 2025 | R\$ 1.298.365.417,76 |
| 2 | Projeção da RCL período de 01/05/ a 31/12/2026 | R\$ 1.432.097.055,79 |
| 3 | Projeção da RCL período de 01/01 a 31/12/2027 | R\$ 1.509.430.296,80 |
| 4 | Gasto total atual com pessoal, período 01/05/2024 a 30/04/2025 | R\$ 19.674.334,95 |
| 5 | Acréscimo com o aumento proposto em 2026 | R\$ 20.894.143,72 |
| 6 | Acréscimos com o aumento proposto em 2027 | R\$ 22.001.533,33 |
| 7 | Percentual da RCL comprometido com pessoal em 2025 | 1,52% |
| 8 | Percentual da RCL a comprometer com pessoal em 2026 | 1,46% |
| 9 | Percentual da RCL a comprometer com pessoal em 2027 | 1,46% |

PARECER

- a) **Atende** ao exigido pelo artigo 20, III da LC 101/2000, que o gasto com pessoal não ultrapassa a 6% para o Legislativo.
- b) **Atende** ao exigido pelo artigo 22, parágrafo único da LC 101/2000, não ultrapassar os 95% do estabelecido no art. 20, inciso III da RCL.
- c) **Atende** ao disposto no § 2º do art. 17 da LC 101/2000.



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

Conclusão:

1 – Obrigatoriedades Constitucionais:

- a) **Atende** ao inciso I do § 1º do art. 169 da CF, conforme demonstrativo apurado no impacto orçamentário.
- b) **Atende** Diretrizes Orçamentárias para o exercício.
- c) **Atende** ao inciso II do § 1º do art. 169 da CF, constando a autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício.

Impacto na Receita Corrente Líquida:

- a) **Atende** ao inciso III do art. 20 da LC 101/2000.
- b) **Atende** ao parágrafo único do art. 22 da LC 101/2000.

Impacto Orçamentário:

- a) **Atende** ao inciso I do art. 16 da LC 101/2000.
- b) **Atende** a situação orçamentária, por vínculo dos recursos a serem utilizados na cobertura das despesas atinentes ao objeto proposto.

Impacto Financeiro:

- a) **Atende** ao inciso I do art. 16 da LC 101/2000.
- b) **Atende** a situação financeira, por vínculo dos recursos a serem utilizados na cobertura das despesas atinentes ao objeto proposto, em vista da previsão de disponibilidade financeira de recursos. Os valores previstos serão adequados as normas da LDO, Plurianual e LOA de cada exercício, nos termos fixados.



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

Sr. Ordenador da despesa:

A presente despesa está em condições de ser realizada, podendo ser emitido o atestado nos termos do inciso II do art. 16 da LC 101/2000.

Sobral/CE, 04 de agosto de 2025.



FRANCISCO LINHARES PONTE JUNIOR
ORDENADOR



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESAS

O ordenador de despesas, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento as determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de ordenador da despesa, e a vista da estimativa do impacto Orçamentário – Financeiro, **DECLARO**, existir recursos para realizar o gasto, cuja despesa ocorrerá por conta d a dotação orçamentária contida na Lei – de meios em execução e para os exercícios subsequentes, estando adequada a Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Sobral/CE, 04 de agosto de 2025.



FRANCISCO LINHARES PONTE JUNIOR
ORDENADOR